



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:  
(DO SR. CARLOS SANTANA)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:  
Limita a taxa de inscrição em concursos de ingresso nas instituições de ensino superior a 30% do valor do salário mínimo.

DESPACHO:  
06/04/2001 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.882, DE 2000.)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:  
AO ARQUIVO, EM 10/05/01

REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.439, DE 2001  
(DO SR. CARLOS SANTANA)

Limita a taxa de inscrição em concursos de ingresso nas instituições de ensino superior a 30% do valor do salário mínimo.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.882, DE 2000.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O valor da taxa de inscrição em concursos de ingresso nas instituições de ensino superior não excederá a trinta por cento do valor do salário mínimo.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





## JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal dispõe que o dever do Estado, com a educação efetiva-se mediante a garantia, entre outras, do acesso aos níveis mais elevados do ensino.

A cobrança de taxas de vestibular constitui-se em obstáculo para o acesso ao ensino superior.

As pessoas procuram, a fim de aumentar suas chances, inscrever-se em vários concursos vestibulares. Somadas as taxas tem-se um valor muito elevado para grande parte da população - que aposta na continuidade dos estudos para elevar sua condição social,

A taxa do vestibular não pode representar valor que comprometa a subsistência do concursando naquele mês. Este terá os gastos normais de qualquer pessoa, com alimentação, saúde, transporte, lazer, etc,

Pelo alcance social da proposição, contamos com o apoio dos colegas parlamentares.

04/04/01

Sala das Sessões, em 04 de março de 2001

Deputado CARLOS SANTANA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 4439/01

Apense-se ao PL 3882/00.  
(Art. 24, II)  
(Ordinária - Art. 151, III, RICD)

Em 06/04/01

  
AÉCIO NEVES  
Presidente



Documento : PL.044392001 - 1

**RECIBO DE PROJETO DE LEI  
APRESENTADO EM PLENÁRIO PELO DEPUTADO  
CARLOS SANTANA**

Data de Recebimento: **04/04/2001**

Hora de recebimento: **16:57**

Cód. Arquivo Inteiro  
Teor: **000447-2**